

Rossini, Rosa Ester. **O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada— São Paulo – Brasil.** *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.*

ISBN 978-987-1183-64-7

Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/13rossini.pdf>

[www.clacso.org](http://www.clacso.org)

**RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO**

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

[biblioteca@clacso.edu.ar](mailto:biblioteca@clacso.edu.ar)

ROSA ESTER ROSSINI\*

**O TRABALHO DA MULHER NA  
AGRICULTURA CANAVIEIRA ALTAMENTE  
TECNIFICADA E CAPITALIZADA  
– SÃO PAULO – BRASIL**

A POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, no último censo (IBGE, 2000), foi de 37.032.403 habitantes, sendo 34.592.851 urbana e 2.439.552 rural. Há certo equilíbrio entre o número de homens e o de mulheres (48,98% de homens e 51,02% de mulheres); entretanto, as mulheres continuam na dianteira. De acordo com dados SEADE –Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados–, a população de São Paulo sofre um significativo aumento já em 2003: 38.718.301.

O desenvolvimento técnico-científico e informacional no estado de São Paulo intensificou, desde a década de 60, a aceleração do processo de urbanização de modo que a população rural é hoje de apenas 6,59%.

A região administrativa de Ribeirão Preto não foge à regra. São residentes urbanos 96,24% e 3,76% rural. A presença feminina também guarda a mesma participação em relação ao estado (50,70% de homens e 49,30% de mulheres) (Tabela 1).

\* Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.

TABELA 1  
Estado de São Paulo – Componentes do crescimento populacional entre 1940 e 2000

Ano	População	Acréscimo Populacional	Saldo Vegetativo	Saldo Migratório	Proporção dos Componentes	
					% vegetativo	% migratório
1940	7.180.316					
		1.954.107	1.469.600	484.507	75,21	24,79
1950	9.134.423					
		3.689.403	2.691.489	997.914	72,95	27,05
1960	12.823.826					
		4.948.122	3.372.191	1.575.931	68,15	31,85
1970	17.771.948					
		7.268.764	4.254.422	3.014.342	58,53	41,47
1980	25.040.712					
		6.475.535	5.919.111	556.424	91,40	8,60
1991	31.436.273					
		5.596.130	4.269.143	1.326.987	76,28	23,72
2000	37.032.403					

Fontes: IBGE; SEADE e Perillo, 1985.

Para melhor aquilatar a complexidade da dinâmica do crescimento demográfico e da inserção da mulher e do homem na força de trabalho, torna-se oportuno apresentar os componentes do crescimento demográfico: mortalidade, fecundidade e migração.

A redução da mortalidade e o aumento da esperança de vida são objetivos universalmente procurados. Ações políticas, econômicas e sociais podem colaborar para se atingir esse intento, desde que se leve em consideração que política de população não é confundir planejamento familiar com controle de natalidade.

A autonomia para planejar o número de filhos por parte do casal, apesar de consagrada como direito básico, nem sempre é respeitada pelo estado ou pelos organismos internacionais que agem no país.

Dentre as variáveis demográficas, é a fecundidade que mais sensivelmente faz sentir seus efeitos sobre a população e é a variação do seu nível que define fundamentalmente a distribuição etária da população.

Segundo Berquó (1985) e Wong (1985), a taxa de fecundidade da mulher brasileira tem caído de forma bastante acentuada. No estado de São Paulo, especificamente, os declínios da taxa foram bastante lentos até 1960 e se acentuaram nas décadas seguintes. Dois fatores foram prioritariamente importantes para a explicação dessa queda: a urbanização e a proliferação dos métodos anticoncepcionais artificiais.

Acrescente-se, ainda, o esclarecimento da população a partir da melhoria do sistema de informação, além da maior participação da mu-

lher na força de trabalho, completando sua família por volta dos 30 ou 35 anos de idade.

No período 1960-2003, a maior queda foi registrada entre 1970-75, caindo de 4,2 filhos por mulher para 3,4. Surpreendente foi o declínio apresentado no período 1980-84, chegando ao mais baixo nível do país (2,7 filhos por mulher). Em 1990 foi de 2,3; e em 2003 ocorreu uma pequena queda: o número foi de (1,8) filhos por mulher (SEADE).

Em 2000, esses dados permitem induzir que, no futuro, a fecundidade no estado de São Paulo dificilmente retomará a tendência de aumento nos seus níveis, salvo se ocorrer forte aumento migratório de populações com outros padrões de comportamento reprodutivo.

No caso da mortalidade, devem-se levar em conta dois aspectos: primeiramente, um fenômeno individual que depende de fatores biológicos e, em seguida, um fenômeno coletivo que é afetado pelo contexto social em que cada indivíduo realiza sua trajetória de vida.

Os altos riscos de morte a que uma pessoa está exposta dependem, em primeira instância, da sua bagagem biológica ao nascer e das condições ligadas ao parto. A partir do nascimento, em que se superam estes riscos, passa a sujeitar-se a outros que dependem, diretamente, do segmento da sociedade que ela passará a integrar, em função da posição na classe social na qual está inserida sua família.

Para boa parte da população do estado de São Paulo, no caso da população carente, falta medicina preventiva e curativa, que deixa de ser um direito inalienável do cidadão, para ser um privilégio de poucos. Falta de atendimento médico aliada à fome endêmica configuram os fatores principais responsáveis pelos altos riscos de morte, especialmente no primeiro ano de vida.

A queda dos índices de mortalidade é devida ao controle das doenças infecciosas e parasitárias. Nestes 60 anos, o ganho na esperança de vida do brasileiro foi enorme (cerca de 27,07 anos), enquanto para o estado de São Paulo, cuja esperança de vida em 1940 já era superior, o ganho foi significativo (cerca de 24,66 anos). A esperança de vida para homens e mulheres no estado de São Paulo é bastante diferente, em 1991 para os homens era de 64,87 anos e para as mulheres de 73,24 anos, enquanto que em 2000 era de 66,8 anos para os homens e de 75,6 para as mulheres.

A taxa bruta de mortalidade é um indicador da situação de atendimento, no campo da saúde, à população. Apesar de a situação de desemprego e nutrição, qualidade de vida em geral, serem muito ruins, o índice de mortalidade para o estado de São Paulo é bastante baixo. Isso se deve à atenção que o estado vem dando à população carente, através do melhor atendimento à saúde e à mulher gestante. São distribuídos alimentos à mãe carente gestante e à criança, enquanto esta se mantiver com peso inferior ao estabelecido pelo padrão da idade. A preocupação

dos médicos é prioritariamente com a linha da medicina preventiva, para diminuir o atendimento ligado apenas à curativa.

Acrescente-se ainda a essas informações a intensificação da atuação da medicina preventiva através de medidas compulsórias de vacinação da população, colaborando para a diminuição substancial da mortalidade infantil. Caso não fossem tomadas essas providências, a mortalidade geral, e em especial a infantil, seria muito superior em função da situação de carência crônica que vive a população de baixa renda.

Há que ressaltar também a ampliação dos serviços de saneamento básico. Pesquisa realizada em São Paulo pelo professor Carlos Augusto Monteiro, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, ratifica que a instalação da rede de água em um bairro pode provocar a queda de 50% da mortalidade infantil e é mais importante do que instalação de um hospital, pois o mesmo vai cuidar do doente enquanto a água saudável pode evitar a doença.

À medida que há atenção no sentido de evitar a mortalidade infantil, amplia-se a participação percentual da mortalidade de pessoas de mais de 50 anos. Baixos níveis de mortalidade se devem à atenção quanto à nutrição, saneamento básico, assistência médico-hospitalar, etc., e estamos longe de conseguir, como um todo, esse tipo de atendimento via hospitais públicos: municipal e estadual. De 1930 a 2003, a mortalidade infantil apresentou aumentos e quedas muito sensíveis e significativos. Em 1930 era de 155,14 por mil; em 1940 era de 178,31; em 1950 era de 115,85; em 1960 era de 77,37; em 1970 83,19; em 1975 era de 84,63; em 1980 era de 51,21; em 1990 era de 31,19; em 2000 era de 16,97; em 2001 era de 16,07; em 2002 era de 15,04 e em 2003 era de 14,5.

Na década de 30, a mortalidade alcançou níveis bastante elevados, culminando em 1940 com 178,31‰ (óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos). Esses dados são a constatação da crise pela qual passou o estado, neste período, e se expressou de forma clara, através do sacrifício de milhares de crianças, basicamente pobres. Os altos níveis de mortalidade ocorrem pela invasão de doenças parasitárias e infecciosas, devido à desnutrição, baixa qualidade do atendimento vinculado ao saneamento básico e fraca assistência médico-hospitalar. Em oposição, os mais baixos níveis até 1975 ocorreram em 1960-65, quando a população usufruiu da melhor qualidade de vida, devido à correspondência do salário à inflação, com pequeno saldo para o primeiro. Acrescente-se ainda que, além das mudanças sócio-econômicas, houve outras que ocorreram nas áreas de saneamento, habitação, medicina preventiva e curativa, bem como os avanços técnicos na medicina (quimioterapia de sulfa e antibióticos, imunização mais eficaz, controle dos vetores, etc.) que atenuaram as causas da mortalidade infantil ligadas às epidemias.

Em 2003 a taxa mortalidade infantil é baixa (14,85‰). Isso não quer dizer que esteja havendo melhor distribuição da renda, que não

tenha havido redução do salário mínimo real, ou que tenha ocorrido diminuição da pobreza ou, ainda, que não haja mais migração de população carente. Estudos têm mostrado conclusivamente que o modelo de desenvolvimento brasileiro mantém, e talvez induz, a altos níveis de mortalidade infantil nos segmentos da população do estado constituídos por proletários, pequenos produtores e desempregados, que sofrem por causa dos baixos níveis de renda, nutrição deficiente, carência de habitação, saneamento inadequado ou inexistente e acesso bastante restrito à assistência médica.

Finalmente, a queda, nesta década, da mortalidade infantil, com reflexos na mortalidade geral, não se deve à melhoria da renda, mas ao papel importante que se pode atribuir à expansão da rede de água (inclusive nas favelas) e de esgoto e à crescente cobertura de vacinação nos grupos de menores de um ano, além dos programas de saúde e atendimento pré-natal.

A constatação da intensificação das relações capitalistas na agricultura, o deslocamento da família operária do campo para a “cidade”, sem, no entanto desvinculá-la da atividade agrícola, torna-se parte essencial no trabalho de campo realizado na mais importante área canavieira do estado de São Paulo –Ribeirão Preto.

Em 1977, 1985/86, 1995/96 e 2003/04, foram feitas pesquisas com 43, 38, 42 e 35 famílias respectivamente, para verificar, entre outros aspectos, como era a sobrevivência dessas famílias onde, pelo menos, uma mulher, na casa, empregava sua força de trabalho na atividade ligada à agricultura canavieira.

A preocupação deste estudo, em todos os momentos, vincula-se ao aspecto qualitativo, o qual se expressa também pelo reduzido número de famílias pesquisadas em profundidade. Acrescente-se ainda o fato de que dada a característica que se tornou mais expressiva na década de 60, o da residência urbana e migração pendular em função do processo de intensificação do capital no campo, a moradia na periferia da cidade foi a opção para boa parte desta população trabalhadora.

Nestes vinte e cinco anos de pesquisas, as mudanças foram significativas: aumento do número de pessoas trabalhadoras na família, diminuição de residentes na casa, crescente procura de participação da mulher na força de trabalho, maior escolarização, queda no número de filhos, aumento na última década de desemprego/desocupação para homens e mulheres. O fato mais marcante desta última década foi a diminuição dos postos de trabalho e a masculinização nos novos engajamentos. Apenas os homens operam máquinas.

Toda a sociedade humana conhecida tem uma divisão sexual do trabalho, e uma conseqüente diferenciação dos papéis masculinos e femininos (Wajjnman *et al.*, 1998). O trabalho da casa, o cuidado com as crianças e velhos, etc. eram historicamente de competência da mulher, e os homens dele participam à distância. Hoje, o trabalho fora do lar é

necessário a ambos, restando, portanto, um sobretrabalho substancial à mulher. Começa a existir na casa uma certa divisão de trabalho. Alguns homens colaboram na arrumação da casa, no preparo dos alimentos, nos cuidados com as crianças, na lavagem de roupa, etc.

Na pesquisa direta, a diminuição do número de pessoas por família do primeiro levantamento para o segundo foi surpreendente, muito embora os dados permaneçam os mesmos nos demais levantamentos: 7,7 em 1977; 4,3 em 1985/86; 4,3 em 1995/96; e 4,3 em 2003/04.

A mudança se deveu tanto à migração precoce dos membros da família quanto à nova estruturação que, de origem rural, hoje assume mais os padrões urbanos, acrescentando-se a isso a disseminação do uso de anticoncepcionais e o engajamento da mulher na força de trabalho.

A fecundidade, enquanto capacidade reprodutiva da população, comportamento reprodutivo de mulheres e casais, deve ser analisada do ponto de vista da classe social. Ressalte-se que a pesquisa de campo se voltou, no conjunto, para a família trabalhadora de baixa renda e com participação significativa da força de trabalho voltada para a atividade canavieira.

A pesquisa de campo deixou de investigar o número de filhos tidos e mortos ou o número de abortos. Os dados da pesquisa farão referência apenas ao número de filhos na família. Constatou-se, igualmente, que a queda foi de mais de 50% da primeira para a segunda pesquisa, enquanto que nas duas outras há concentração foi maior nas famílias com até dois filhos.

Em 1977, a média de filhos por família pesquisada foi de 5,5, enquanto em 1985/86 caiu para 2,6, em 1995/96 foi de 2,0 e em 2003/04 foi de 2,4 filhos por família. No primeiro caso, a concentração de famílias com mais de 7 filhos foi grande, enquanto em 1985/86 e 1995/96 a maior representatividade foi para 2 filhos. Na pesquisa realizada em 2003/04 a concentração foi maior na faixa de até 2 filhos e de 3 a 4 filhos por família, provavelmente, por ter havido concentração de questionários em famílias migrantes recentes. Como o trabalho está em andamento, os resultados não são definitivos. A pesquisa qualitativa demonstra a manutenção da tendência de redução do número de filhos (Tabela 2).

TABELA 2  
Macroárea de Ribeirão Preto – Número de famílias, segundo o número de filhos

Ano	até 2	de 3 a 4	de 5 a 6	7 ou mais	zero	Total de Famílias
1977	4	12	11	16	0	43
1985/86	18	13	4	1	2	38
1995/96	23	14	1	1	3	48
2003/04	16	16	1	0	2	35

Fonte: Pesquisa de Campo 1977, 1985/86, 1995/96, 2003/04.

Não é só do salário que vive a família. Existe todo um conjunto de atividades que interferem na qualidade de vida, na manutenção e na reprodução da força de trabalho. Não há dúvida, como já frisamos, de que o salário ou outras fontes de renda pesam substancialmente, mas há outros recursos não monetários que, combinados com as rendas, contribuem para a determinação da qualidade de vida da família: serviços públicos e sociais; a produção doméstica de bens e serviços e o uso das relações sociais informais com parentes, vizinhos e amigos, com os quais se estabelece uma rede de ajuda mútua.

Vinculado à produção de valores de uso, queremos ressaltar que também o trabalho cotidiano da casa envolve uma série de tarefas realizadas diariamente, como o preparo do alimento, a limpeza da casa, o cuidado com as crianças e velhos, etc., e outras, no decurso da semana ou do mês, como a lavagem da roupa e seu reparo, o cuidado com a casa e seu entorno, o pagamento das contas, etc. Mesmo o repouso diário é necessário para recuperação das forças para o trabalho reprodutivo e a nova geração de trabalhadores para a sociedade.

Tem havido tendência, cada vez maior, de mulheres assumirem a chefia da casa. Em 1977, 11,6% das famílias tinham a mulher como responsável pela unidade familiar (autoridade parental). A situação em 1985/86 se altera substancialmente com o aumento da responsabilidade da mulher na chefia da família -23,7%. Nesta última pesquisa, em andamento, o resultado deverá manter a tendência histórica, isto é, de aumento percentual de mulheres como autoridade parental. Destaque-se, entretanto, que no estado de São Paulo, em 2000 25,2% das famílias são chefiadas por mulheres (SEADE). Em 1995, era de 21,8%.

Devido às dificuldades econômicas para a sobrevivência das famílias, estas são levadas a lançar mão de um maior número relativo de “braços” que possam colaborar com a manutenção e reprodução (Tabela 3).

TABELA 3  
Macroárea de Ribeirão Preto – Número de famílias, segundo o número de pessoas

Ano	Número de Pessoas				Total
	até 3	4 a 6	7 a 9	10 a 12	
1977	1	12	21	9	43
1985/86	13	20	5	---	38
1995/96	16	22	1	3	42
2003/04	8	27	---	---	35

Fonte: Pesquisa de Campo 1977, 1985/86, 1995/96, 2003/04.

Embora a escolaridade, segundo a legislação, seja obrigatória até os 14 anos, na prática isto não acontece, pois a educação é altamente seletiva

e cedo as crianças são chamadas a participar economicamente para garantir a sobrevivência da família. A participação dos volantes ocupados na agricultura vem caindo a cada ano em particular a das mulheres, devido, principalmente à forte mecanização da agricultura e à falta de apoio a agricultura canavieira devido à desativação do Pró-álcool na década de 80. Entretanto, em 1999 e 2000 tem tido leve aumento para o engajamento de homens na força de trabalho (Tabela 4). Ressalte-se, entretanto, que os dados não se referem apenas à agricultura da cana no estado de São Paulo, mas a todos os produtos agrícolas, nos quais a laranja ocupa um bom percentual destes volantes e engaja um volume considerável de mulheres.

TABELA 4  
Estado de São Paulo  
Número de trabalhadores volantes em alguns meses do ano, segundo o sexo –  
1990-2000

		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Mulheres	Fev.	113.565	58.577	41.059	35.452	25.279	30.252	23.688	24.329	27.237	12.358	20.375
	Abril	115.908	71.872	56.117	27.721	38.120	45.609	41.143	18.759	19.767	14.361	*
	Jun.	55.997	51.450	54.303	58.950	46.529	28.876	33.683	50.155	44.963	34.511	*
	Set.	54.055	66.585	43.232	39.917	40.419	38.384	36.315	25.063	33.585	31.289	*
	Nov.	50.648	45.965	43.390	30.086	32.302	35.518	46.314	21.936	33.813	18.499	*
Homens	Fev.	248.197	278.561	250.237	157.995	201.589	130.028	178.706	144.316	156.652	141.995	141.845
	Abril	323.381	243.656	287.385	232.215	249.660	230.364	174.492	138.657	124.985	160.136	*
	Jun.	254.557	278.187	256.797	252.197	297.112	186.944	179.682	244.131	213.745	178.151	*
	Set.	263.012	258.454	291.067	253.065	229.750	220.542	205.474	204.342	261.912	273.948	*
	Nov.	239.472	220.571	187.767	164.056	196.834	183.421	194.509	168.577	211.523	250.691	*
Total	Fev.	361.762	337.138	291.296	193.446	226.868	160.280	202.394	168.645	183.889	154.353	162.220
	Abril	439.289	315.528	343.502	259.936	287.770	275.913	215.635	157.416	144.752	174.497	*
	Jun.	310.554	308.637	311.100	311.147	343.642	215.820	213.365	294.286	258.708	212.662	*
	Set.	317.067	325.039	334.299	292.982	270.169	248.926	241.789	229.405	295.497	305.237	*
	Nov.	290.120	266.536	231.157	194.142	229.136	228.939	240.823	190.513	245.336	269.190	*

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

\* Dado não disponível

Tem havido crescente escolarização do trabalhador da agricultura. Não havendo, no período noturno, cursos profissionalizantes ligados a essa atividade, o caminho para aqueles que concluem o primeiro e/ou segundo grau é a saída dessa atividade.

Como em geral as cidades pequenas não oferecem outras oportunidades para o engajamento desses na força de trabalho, acabam,

como alternativa, migrando para as cidades maiores ou vindo para a Capital, ou mesmo migrando para outros estados. Não é incomum, após a conclusão do segundo grau, “jogarem o diploma fora” e continuarem sendo volantes –homens e mulheres. Os dados da pesquisa de 2003/04 comprovaram o aumento da escolaridade. Em um total de 135 pessoas, 40 pessoas ou 29,6% tinham escolaridade entre a 1ª e a 4ª série, 66 ou 48% tinham o ensino fundamental incompleto; 7 ou 5,1 tinham o ensino fundamental completo; 8 ou 5,9% tinham o ensino médio incompleto; 3 ou 2,2% tinham o ensino médio completo e apenas 11 ou 8% era analfabeto.

A relação de trabalho, em sua maioria, deixou de ser patrão/empregado. A terceirização assume, cada vez mais, papel de destaque. Com a implantação da legislação do trabalhador rural e legislação subsequente, ficaram assegurados, a partir do registro do contrato de trabalho na carteira profissional, os seguintes direitos: férias proporcionais, 13º salário proporcional, descanso semanal remunerado, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, pagamento de 120 dias de “repouso” para a gestante, etc. Para a maioria da mão-de-obra trabalhadora no campo tudo isto está desaparecendo. A prioridade passa a ser a garantia do emprego/ocupação na década de 90. Hoje a grande luta é pelo trabalho (Cacciamali, 2001; Abreu e Sorg, 1994; Andrade, 2001).

Em 1977, 74,1% das pessoas que trabalhavam declararam possuir carteira de trabalho e, em 1985/86, quase todos possuíam, salvo 4,4% das mulheres. Hoje todos possuem.

Quando são recrutados homens e mulheres para o trabalho por produtividade, não há discriminação em relação à remuneração, pois o rendimento diário depende da capacidade e habilidade de cada um. Em média, cortam 10 toneladas de cana por dia. Algumas mulheres cortam menos, outras mais.

É muito comum homens e mulheres serem roubados na avaliação da quantidade de cana cortada por parte do fiscal, hoje denominado “líder de equipe agrícola”, que deveria, ao final do dia, dar-lhes o controle da quantidade de cana cortada. Isso nem sempre acontece. É até comum receberem o salário, no final da semana ou da quinzena, sem terem recebido a “papeleta” do *quantum* cortado.

É muito difícil levantar informações quanto ao rendimento das pessoas oriundo de trabalho: ou não informam, ou aumentam, ou diminuem e raramente dão o solicitado corretamente. É uma inibição natural do ser humano e muito maior ainda daquele que sente que suas condições são efetivamente precárias. Assim mesmo, foi feito esforço e se constatou que, apesar de não haver no discurso discriminação entre o trabalho das mulheres e dos homens, essas em geral recebem menos, quando contratadas por salário. Quando contratadas só por produtividade, o rendimento depende da capacidade individual. Fez-se estudo do

rendimento médio anual em salário mínimo (SM) vigente à época de cada pesquisa e se chegou ao seguinte resultado: em 1977, os homens na força de trabalho recebiam 1,3 SM e as mulheres 0,85 SM. Para 1985/86, a situação melhorou sensivelmente em relação a 1977, mas isso não quer dizer que a situação seja boa: 1,8 SM para os homens e 1,4 SM para as mulheres. Em 1995/96 era de 2,3 SM para os homens e de 2,1 para as mulheres. Há que se colocar que, em relação aos homens, em 2003/04, levando em conta os que trabalham com máquinas, a média de salário eleva-se para 3,0. Em 2003/04, 1,7 SM para os homens e 1,4 SM para as mulheres. Em função da dificuldade de engajamento na força de trabalho, devido principalmente à modernidade tecnológica, e à enorme oferta da mão-de-obra, a renda média, tanto para os homens quanto para as mulheres caiu consideravelmente (Tabela 5).

TABELA 5  
Macroárea de Ribeirão Preto – Rendimento da força de trabalho (em %)

Ano	Sexo	Salário Mínimo em %							Total
		Zero	Até 0,5	0,6 a 1	1,1 a 1,5	1,6 a 2	mais de 2	Ignorado	
1977	Homem	1,10	5,60	32,20	20,00	11,10	12,00	17,90	100
	Mulher	0	18,70	40,00	12,00	0	0	29,30	100
1985/86	Homem	0	2,70	10,70	26,30	34,20	26,30	0	100
	Mulher	0	2,30	27,30	38,60	25,00	6,80	0	100
1995/96	Homem	0	0	11,70	5,80	23,50	58,80	0	100
	Mulher	0	0	11,10	11,10	25,90	51,80	0	100
2003/04	Homem	0	5,80	5,80	23,50	35,00	29,00	0	100
	Mulher	0	0	16,60	37,50	33,3	12,50	0	100

Fonte: Pesquisa de Campo 1977 - 1985/86 - 1995/96 - 2003/04

A mulher, quando absorvida pelo mercado de trabalho (rural ou urbano), tende a ser integrada em atividades que guardam “certas especificidades femininas”. Em primeiro lugar, sua entrada na força de trabalho é considerada como ajuda. No momento em que muda a concepção para o trabalho, permite dar sentido à divisão de tarefas por sexo (Bruschini, 1998).

As tarefas agrícolas básicas necessárias para o cultivo da cana são as seguintes: preparação do solo, plantio, tratos culturais e colheita.

A preparação do solo, regra geral, é realizada nos meses de novembro e dezembro, embora hoje, provavelmente, ela se distribua por mais meses, dadas as melhorias no estudo das novas variedades. Essa atividade envolve a aração, calagem, gradeação e locação de curva de nível. Todo o trabalho é feito com máquinas, envolve poucas pessoas e é realizado apenas por homens. Não se tem conhecimento de mulheres operando máquinas na qualidade de assalariadas temporárias.

O plantio se estende por 3 a 4 meses no ano (janeiro a março-abril). Hoje, com o avanço tecnológico, novas variedades foram postas no mercado e é possível também que essa atividade, no futuro, passe a ocupar espaço o ano todo. É realizado ora o plantio com máquinas, ora tem parte do processo feito com trabalho humano direto. Emprega homens e mulheres.

As etapas do plantio envolvem: a) sulcação: feitura de sulcos pela máquina; b) esparramação: consiste em jogar as canas –mudas– do caminhão para junto do sulco aberto pelo trator; c) arrumação: as canas são colocadas uma a uma ao longo dos sulcos; d) picação: a cana é picada no sulco em toletes de aproximadamente 20 centímetros; e) cobertura: atividade quase totalmente mecanizada. O trator aduba e cobre o sulco. É habitual um repasse da cobertura feita pela mão-de-obra trabalhadora para suprir o que a máquina não realizou integralmente.

A outra etapa –tratos culturais– corresponde à carpa, adubação em cobertura, combate às formigas, enleiramento da palha, conservação do carreador. A carpa pode eliminar o emprego da mão-de-obra a partir da utilização tanto da mecanização como do emprego de herbicidas químicos. Na realidade, utiliza-se como estratégia de manutenção da mão-de-obra que será utilizada no período do corte. É uma atividade desenvolvida tanto por homens como por mulheres.

A terceira tarefa na atividade da cana é a de corte. Pode ser no todo ou em parte mecanizada, dependendo do terreno. No caso deste ser plano e de as canas não estarem tombadas, o corte pode ser integralmente mecanizado. Essa tarefa exige grande contingente de mão-de-obra, caso seja efetuada com trabalhadores e demora cerca de 6 a 8 meses, geralmente de maio a novembro. Conforme já ressaltado, em função da introdução de novas variedades, há uma tendência de que o mesmo se estenda por todo o ano. Hoje, ocorre o corte no início do ano, para o serviço de plantio de mudas.

Os passos para a completa realização do corte, após a queima da palha, são: a) corte na base da cana e a retirada das mesmas da touceira; b) desponte do palmito que implica o corte da parte extrema da planta correspondente à parte não fermentescível; c) limpeza da leira: consiste na retirada da cana do local onde foi cortada; d) amontoamento: implica a colocação das canas, cortadas e preparadas, sobre montes, para o carregamento mecânico realizado por guinchos.

Hoje, com a mecanização, boa parte das atividades é feita com máquinas modernas. Já há propriedades que não queimam a cana para melhor aproveitamento dos subprodutos.

Nas pesquisas realizadas em 1977, 1985/86, 1995/96 e 2003/04, não foram encontradas mulheres que exerciam a função de empreiteiras, fiscais (líderes de equipes agrícolas); eram, além de trabalhadoras com remuneração, donas de pensão.

Quando se perguntou na pesquisa quem havia convidado os visitantes a trabalhar, a resposta em 1977 recaiu com percentual maior para turmeiro, em segundo lugar para proprietário. Em 1985/86 o turmeiro/empreiteiro assumiu liderança indiscutível. Em 1995/96 houve certo equilíbrio entre os homens em relação ao convite formulado pelo proprietário, turmeiro, amigo e outro enquanto que para as mulheres predominou o convite formulado por outro (soube de possibilidade de engajamento). Em 2003/04, a liderança, no convite para o trabalho, para os homens, foi mais a do amigo, e para as mulheres a ida para o trabalho se deveu ao convite formulado pelo “líder de equipe agrícola” e pelo amigo (Tabela 6).

TABELA 6  
Macroárea de Ribeirão Preto – De quem partiu o convite para trabalhar (em %)

Ano	Sexo	Proprietário	Turmeiro	Amigo	Vizinho	Outro	Total
1977	Homens	32,10	43,40	13,20	1,90	9,40	100
	Mulheres	29,10	36,40	14,50	1,80	18,20	100
1985/86	Homens	2,60	73,70	15,80	2,60	5,30	100
	Mulheres	2,20	77,80	13,30	2,20	4,50	100
1995/96	Homens	16,60	16,60	14,50	2,0	22,0	100
	Mulheres	3,0	11,10	14,80	9,20	59,20	100
2003/04	Homens	7,6	7,6	53,8	0,0	30,7	100
	Mulheres	3,7	29,6	22,22	7,4	37,0	100

Fonte: Pesquisa de Campo: 1977 - 1985/86 - 1995/96 - 2003/04

A jornada de trabalho é mais longa do que a daquelas pessoas que trabalham no urbano, pois as mulheres e os homens ficam na dependência do transporte para conduzi-los(as) até o local de trabalho. O tempo despendido nesse percurso, conforme as pesquisas demonstraram, varia de 30 minutos a 1h30min.

Hoje o transporte é feito por ônibus. Há também verdadeira distribuição sexual dos lugares, como acontecia nos caminhões: as mulheres sentam-se nos bancos da frente e nos outros, os homens. As pessoas trabalhadoras se sentem mais valorizadas no “conforto” propiciado pelos ônibus, embora os veículos sejam sempre de péssima qualidade.

Percebe-se claramente nos discursos dos entrevistados a melhoria no transporte, mas continua a separação homem/mulher. Antes, as mulheres falavam que levavam a comida no embornal, agora usam exclusivamente o termo “mochila” (Rossini, 1999).

No caso específico da dupla jornada de trabalho, verifica-se que a mulher, após um longo dia de trabalho na cana, continua sem descanso, tendo de “enfrentar a casa”, isto é, as chamadas “atividades não-produ-

tivas”: produção de valores de uso e prestação de serviços na unidade doméstica (Posthuma e Lombardi, 1997; Elias e Sampaio, 2002).

Com a entrada da mulher na força de trabalho, agora migrando de casa para o trabalho fora do lar, a atividade doméstica passou a ser considerada secundária, realizada nas horas extremas (muito cedo ou à noite) ou no final do sábado e no domingo, pois é indispensável para a reprodução da família.

O tempo de repouso para mulher passa a ser cada vez mais exíguo, enquanto para o homem permanece quase o mesmo; após uma longa jornada de trabalho o homem chega em casa e aguarda o jantar. Poucos têm colaborado no trabalho doméstico. Nos fins de semana, em geral, o homem vai se encontrar com os amigos, bater uma bola, bater um papo e ficar no bar conversando e bebendo. Enquanto isso, a mulher trabalha: lava roupa, cozinha, costura, remenda, prega botão, cuida das crianças.

Em boa parte, esse trabalho é desempenhado por ela; raramente tem a colaboração da sogra, da mãe, da irmã, das cunhadas, dos companheiros, dos irmãos, etc. Quando as filhas começam a crescer já recebem alguns encargos. Inicialmente, cuidar dos irmãos menores, arrumar a cozinha. Dividem aos poucos os “encargos” da mãe até irem para a roça ou outro trabalho na cidade ou migrarem. Essa saída é feita para o trabalho em outra cidade ou através do casamento.

Os meninos acompanham o pai, fazem pequenos serviços de compras para casa e aguardam que a mãe ou irmã lhes tragam a comida, lhes dêem a roupa para trocar, etc. Cedo vão para o trabalho.

A queda recente na qualidade da alimentação é grande, embora maior número de pessoas estejam sendo obrigadas a tentar a entrada, mais jovem, na força de trabalho. A carne de frango é consumida com bastante frequência, pois o quilo dela equivale ao preço do quilo de batata, de arroz ou mesmo de um pé de alface.

Algumas usinas ou empresas de trabalhadores rurais estão fornecendo reforço alimentar: pela manhã, leite de soja e pão e ao meio-dia, sopa, suco, etc. Muitas empresas “oferecem” *marmitex*. Há também o reforço com isotônico para evitar câibras.

A refeição é pobre: “Eu almoço às 9 horas e tomo café à 1 hora. Levo arroz, feijão, Ki-suco e água”; “Levo arroz, feijão, farinha, ovo e um garrafão ou corote com água”; “O almoço é às 9 horas: arroz, feijão e verdura. O café é à 1 hora: chá e pão”; “Almoço arroz, macarrão e Ki-suco”.

Anteriormente levavam café para beberem durante o trabalho. Com o aumento relativo do produto e o rebaixamento salarial, mais evidente a cada dia, substituíram o café por chá ou “ki-suco”.

Ao chegarem ao trabalho do campo, hoje, boa parte das empresas ou fornecedores estão oferecendo pão e um copo de leite de soja ou “ki-suco”. Durante o dia isotônico. Nada mais é do que a forma barata de alimentar os trabalhadores para que estes aumentem a produtividade e

não tenham câibras. Já há casos tanto de fornecimento de alimentação a custo quase zero para o trabalhador, como de vale-refeição.

A decisão de fornecer alimentação se deve ao baixo índice de produtividade dos/das trabalhadores/as, devido ao estado de subnutrição que apresentavam. “A comida é servida numa embalagem de alumínio descartável contendo arroz, feijão, carne e uma outra mistura que pode ser farofa, salada ou verdura. Acompanha ainda um pãozinho, além de leite”.

Ribeirão Preto é o centro escolhido para compras gerais ou de algum produto específico e a alegação é que fica “mais em conta”.

Em relação aos “bens possuídos” pelas famílias, o aumento das que passaram a possuir geladeira, fogão a gás, bicicleta foi grande. Caiu o número de famílias com máquina de costura e rádio a pilha. No primeiro caso, a disseminação do hábito de comprar roupa pronta deve ter contribuído bastante, e no segundo, a presença de “aparelhos de som” e televisão deve ter contribuído para a diminuição dos outros itens. Quase todas as famílias possuem televisão. Infelizmente não foi perguntado nada sobre estes novos equipamentos, mas nas entrevistas ficou clara esta nova dinâmica. A televisão aparece em 2003/04 em 85% das residências. Em 1977, apenas 20,9% possuíam geladeira e 87,5% em 2003/04. Em 2003/04, 40% dos pesquisados já possuem bicicleta e provavelmente, na próxima pesquisa, a presença de computador poderá ser uma realidade (Tabela 7).

TABELA 7  
Macroárea de Ribeirão Preto – Bens possuídos pelas famílias (em %)

Bens Possuídos	Participação Famílias			
	1977	1986	1995	2003/04
Automóvel	9,30	2,60	16	10
Outro veículo	(item não observado)	(item não observado)	(item não observado)	0
Bicicleta	41,90	23,70	58	40
Televisão	58,10	68,40	80	85
Rádio elétrico	46,50	26,30	82	75
Rádio de pilha	58,10	17,40	28	17,5
Fogão a gás	72,10	100	94	100
Fogão a lenha	62,80	13,20	8	(item não observado)
Máq. de costura simples	65,10	34,20	32	10
Máq. de costura elétrica	2,30	13,20	4	0
Geladeira	20,90	50	76	87,5
Liquidificador	11	42,10	60	40
Videocassete	(item não observado)	(item não observado)	(item não observado)	15
Computador	(item não observado)	(item não observado)	(item não observado)	0

Fonte: Pesquisa de Campo 1977 - 1985/86 - 1995/96 - 2003/04.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança que se tem operado em relação ao trabalho tem sido enorme. Homens e mulheres lutam pela sobrevivência procurando manter o trabalho durante todo o ano, atividade que se torna rara a cada dia devido à mecanização intensa na agricultura. Há permanente perda de ocupação tanto para os homens como para as mulheres. Assiste-se, a cada dia, à possibilidade de engajamento na força de trabalho para as pessoas mais especializadas em máquinas sofisticadas - colhedeiças, tratores, caminhões e treminhões. Assim sendo, intensificam-se as masculinidades na agricultura moderna: apenas homens operam máquinas. O trabalho no campo capitalista é masculino.

De acordo com as entrevistas realizadas percebe-se que as perspectivas para o futuro não são otimistas para os adultos, apenas os jovens pensam em uma profissionalização que os integre no mercado de trabalho e o caminho parece ser através da educação formal.

Há, por parte de todos, rejeição ao trabalho braçal na lavoura. A outra possibilidade é o trabalho, para os homens, principalmente no setor informal de atividades exercendo funções como de pedreiro, carpinteiro ou pintor. As mulheres querem trabalhar no magistério, no setor urbano como empregadas em lojas, etc. Não querem ser empregadas domésticas porque consideram a atividade mal remunerada e uma “prisão”, entretanto, parece ser esta atividade uma das poucas, que no momento, estão engajando as pessoas. A dupla jornada de trabalho persiste nos discursos. A migração de atividade e de local de residência para melhoria da qualidade de vida são a tônica constante para homens e mulheres. Há enorme contingente dos sem-sem: excluídos e desorganizados que além de não terem terra, não têm emprego fixo, não têm casa decente para morar, não têm saúde, não têm educação (Silva, 2002). Muitos pensam em partir para os acampamentos e, no futuro, terem o lote de terra familiar. A luta continua.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, J. e Sorj, B. 1994 “Informalidade e precariedade: gênero e raça no Brasil em 1990” em *IV Conferência Internacional da Mulher* (Rio de Janeiro: IPEA).
- Andrade, M. C. de 2001 *História das usinas de açúcar de Pernambuco* (Recife: Ed. Universitária – UFPE).
- Berquó et al. 1985 *São Paulo e sua fecundidade* (São Paulo: SEADE).
- Bruschini, C. 1998 *Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?* (Campinas: UNICAMP).
- Cacciamali, M. C. 2001 “Informalidade, flexibilidade e desemprego, necessidade de regras e políticas públicas para o mercado de

- trabalho e o exercício da cidadania” em *Revista do Departamento de Geografia*, Vol. 10.
- Cacciamali, M. C. 2000 “Reform and Labor Adjustment in Argentine and Brazil” em *Carta Internacional* (São Paulo) Vol. 8, Nº 93.
- Silva, Graziano da J. 2002 “Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas” em *Revista Reforma Agrária*, Vol. 31, Nº 1.
- Elias, D. e Sampaio, J. L. F. (orgs.) 2002 *Modernização excludente* (Fortaleza: Edições Demócrito Rocha).
- IBGE – Censos Demográficos 1940, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.
- IEA - Instituto de Economia Agrícola – Secretaria Agrícola do Estado de São Paulo.
- Martins, J. S. 2002 *A sociedade do abismo, novos estudos sobre exclusão, pobreza e classe sociais* (Petrópolis: Ed. Vozes).
- Perillo, S. R. 1985 “Balanço migratório do estado de São Paulo no período 1970/80” em *Informe Demográfico* (São Paulo) Nº 16.
- Posthuma, A. C. e Lombardi, M. E. 1997. “Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina” em *São Paulo em perspectiva* (São Paulo) Vol. 11, Nº 1.
- Rorty, R. 1999 “O futuro da utopia.” *Folha de São Paulo*, 4 de abril.
- Rossini, R. E. 2004 “A luta das mulheres brasileiras por igualdade, equidade de gênero e cidadania” em *Desafios da comparação. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil* (Oeiras: Celta).
- Rossini, R. E. 2004 *Superando a discriminação: mulher e trabalho na modernidade tecnológica no Brasil. Populações: (Con) vivência e (in) tolerância* (São Paulo: Humanitas).
- Rossini, R. E. 1999 “Internacionalização e modernização: os anos 60 a 80” em Brioschi, L. R. e Bacellar, C. A. P. *Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista* (São Paulo: Humanitas).
- Santos, M. 1996 *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).
- SEADE –Sistema Estadual de Análise de Dados– *Dados populacionais estado de São Paulo*.
- SEADE –Sistema Estadual de Análise de Dados– *Movimento do registro Civil 1940 a 1980*.
- Souza, M. A. A. de. 1998. *A geografia do futuro e o futuro da geografia* (São Paulo: CEGE).
- Souza, M. A. A. de. 1997. “O significado do trabalho no mundo novo” em *XVII Encontro Nacional de Dirigentes de Pessoal das Instituições Federais de Ensino* (Curitiba).

- Wajnman, S. e Perpétuo, I. H. 1997. "A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro" em *Revista Nova Economia* (Belo Horizonte) Vol. 7, Nº 1.
- Wajnman, S.; Queiroz, B. L e Liberato, U. C, 1998. "O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil" em *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. População: Globalização e Exclusão* (Caxambu).
- Wong, L. R. 1985 "Tendências recentes da fecundidade no estado de São Paulo" *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Vol. 1, Nº 1.